

Primeira Linha

PROTECÇÃO DO INTERESSE NACIONAL

Governo exclui água dos activos estratégicos

O Governo vai legislar, 26 meses depois, sobre a salvaguarda dos activos estratégicos essenciais para garantir a defesa e a segurança nacional e a prestação de serviços essenciais nas áreas da energia, transportes e comunicações. A oposição critica a visão redutora e que a lei surja depois de várias privatizações terem sido concluídas

MARIA JOÃO BABO mbabo@negocios.pt

A legislação que o Governo quer aprovar para a salvaguarda de activos estratégicos essenciais para garantir a defesa e segurança nacional e a segurança do aprovisionamento do País em serviços fundamentais para o interesse nacional, nas áreas da energia, transportes e comunicações, deixa de fora o sector da água. Esta é uma das principais críticas dos partidos da oposição ao projecto de decreto-lei do Executivo que acompanha a proposta de autorização legislativa sobre esta matéria que estará em debate esta quarta-feira.

Para Rui Paulo Figueiredo, deputado socialista e autor do parecer da comissão de Economia e Obras Públicas, “é escandalosa a omissão daquele que é um dos principais activos estratégicos essenciais do país: o abastecimento de água”. Em sua opinião, “esta omissão não é inocente”, uma vez que “o Governo tudo tem feito para permitir a privatização”.

No mesmo parecer, o deputado critica desde logo que o Governo se proponha legislar “26 meses depois quando tinha 90 dias para o fazer”, sendo que entretanto “foi privatizando e concessionando”, “sem ter tido em conta a necessidade de ter em vigor o regime para salvaguarda de activos estratégicos”. Ao incluir apenas os sectores dos transportes, comunicações e energia, “o Governo está a legislar em áreas que já privatizou e deixa fora do âmbito da lei sectores que pode vir a privatizar”, friso ao **Negócios**.

Em sua opinião, além do sector das águas também “o sector financeiro deveria ser objecto desta legislação para protecção da Caixa Geral de Depósitos”. Para Rui Paulo Figueiredo, a legislação nacional nesta matéria, considerada “urgente” pelo

Seria expectável que no momento em que o Governo manifesta um rasgo de preocupação com o que resta dos activos estratégicos tivesse inteligência de considerar o abastecimento de água como serviço fundamental.

RUI PAULO FIGUEIREDO
Deputado do PS

A proposta do Governo é redutora e um alibi mal disfarçado.

BRUNO DIAS
Deputado do PCP

PS, deveria ter um enfoque semelhante à da alemã e “permitir a intervenção do Governo quando estejam em causa políticas públicas, de forma a proteger a economia, o crescimento e o emprego”, afirmou.

PCP e Bloco criticam privatizações
Para Bruno Dias, deputado do PCP,

a proposta do Governo é “redutora, insuficiente e um alibi mal disfarçado para esta política de privatizações”, que caracteriza de “traição nacional”. Em sua opinião, além do sector das águas, o diploma deixa de fora o abastecimento alimentar e de matérias-primas. “Interesse estratégico é mais do que guerra ou calamidade”, afirmou o deputado, para quem os interesses nacionais incluem “a actividade económica e a coesão territorial”. “A democracia económica tem de ser salvaguardada”, disse.

Também para Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda, que levou ao Parlamento um projecto de lei para a criação de um regime de salvaguarda dos activos estratégicos no domínio do Estado, “não basta limitar a sua alienação a alguns operadores privados, mas assumir que, pela sua importância económica e social, estes sectores se devem manter na esfera do Estado”. Em seu entender, são domínio público do Estado, entre outros, “as infra-estruturas de transporte, as águas, os monumentos classificados como bens de interesse nacional que sejam propriedade do Estado, a rede de distribuição energética de alta e altíssima tensão, os serviços de distribuição postal”.

Para a deputada do BE, os interesses estratégicos não foram acautelados nas privatizações já realizadas. “O Estado abdicou de receitas, endividou as gerações futuras, e perdeu o controlo sobre sectores cruciais para o desenvolvimento do país e bem-estar dos seus cidadãos”, sustentou a responsável. “Na energia, o Estado perdeu todo o controlo sobre a produção; o quilómetro de linha concessionado à Fertagus custa ao Estado mais 83% que na CP; na PT, a privatização deu origem à deslocalização



Activos e infra-estruturas | Novo regime vai permitir ao Governo opor-se a negócio



Rui Paulo Figueiredo, do PS, diz que legislação é essencial e deve ir além da legislatura.



Bruno Dias, do PCP, defende que a democracia económica tem que ser salvaguardada.



Para **Duarte Pacheco**, do PSD, os Governos têm salvaguardado os interesses estratégicos.

do centro de decisão para o Brasil; e no caso dos CTT, o preço de venda equivale a uma década de lucros da empresa”, exemplificou.

Opinião contrária tem Duarte Pacheco, deputado do PSD, que acredita que “em qualquer processo de privatização o Governo da República procura sempre a salvaguarda dos interesses estratégicos dos Pais”, ainda que possam “existir interpretações diversas sobre a que correspondem esses interesses”. Relativamente à proposta do Governo, o responsável sublinhou que “uma economia de mercado exige um Estado regulador, que defenda permanentemente o interesse público”, tendo essa “intervenção que estar bem enquadrada, para não apresentar qualquer indício de arbitrariedade”.

Para o deputado do CDS-PP Hélder Amaral, este regime “assegura que o Estado português passará a ter as ferramentas adequadas para proteger os melhores interesses dos seus cidadãos”, com um enquadramento legal que “lhe permita reagir de forma imediata a uma eventualidade” que possa colocar em causa o interesse estratégico nacional. “Até ao momento nenhuma das privatizações colocou em causa os interesses estratégicos do país porque o Governo colocou sempre cadernos de encargos muito exigentes”, afirmou.



se estiverem em causa interesses estratégicos nacionais.

O QUE DIZ A PROPOSTA DE LEI?

PROPOSTA DO EXECUTIVO VISA DOTAR O ESTADO DA CAPACIDADE DE REAGIR A OPERAÇÕES QUE AFECTEM INTERESSES ESTRATÉGICOS

SALVAGUARDA DE ACTIVOS

O projecto de decreto-lei estabelece o regime de salvaguarda de activos estratégicos essenciais para garantir a defesa e segurança nacional e a segurança do aprovisionamento do País em serviços fundamentais para o interesse nacional, nas áreas da energia, dos transportes e comunicações.

GOVERNO PODE OPOR-SE

Fica previsto que o Conselho de Ministros, sob proposta do membro do Governo responsável pela área em que o activo estratégico em causa se integre, pode opor-se à realização de operações das quais resulte, directa ou indirectamente, a aquisição de controlo sobre as principais infra-estruturas e activos estratégicos por pessoa ou pessoas de países terceiros à União Europeia.

DECISÃO JUSTIFICADA

O diploma salienta ainda a necessidade de justificar uma eventual decisão de oposição com critérios objectivos e definidos.

PROCEDIMENTO

No prazo de 30 dias, a contar da celebração dos negócios sobre activos estratégicos ou a contar da data em que tais negócios passem a ser do conhecimento geral, caso seja posterior, o membro do Governo responsável pela área pode dar início a um procedimento de avaliação do risco da operação para os interesses em causa.

OPOSIÇÃO ANULA NEGÓCIOS

Sendo adoptada uma decisão de oposição, todos os actos e negócios jurídicos relativos à operação em causa são nulos e ineficazes.

Alemanha protege activos e a vida dos cidadãos

Na Alemanha, a legislação assegura ao governo a faculdade de proibir operações de aquisição de empresas por sociedades de países terceiros sempre que se manifeste essencial para salvaguardar a política pública ou a segurança pública. Segundo o parecer de Rui Paulo Figueiredo, as alterações introduzidas em 2013 possibilitam que o governo alemão possa restringir negócios jurídicos não só para garantir interesses relevantes de segurança, mas também para proteger a saúde e a vida dos cidadãos face a ameaça das necessidades básicas. Já em Espanha o direito não prevê actualmente a existência de um regime de salvaguarda dos activos estratégicos. Em França, apesar de não haver um diploma nesse sentido, a protecção dos interesses nacionais está contemplada na lei das privatizações.

Vendas da TAP e CP Carga seguirão novo regime

Regime de salvaguarda de activos estratégicos poderá já estar em vigor nas próximas privatizações

TAP e CP Carga são duas das empresas cujas vendas, caso o Governo avance com as operações de privatização tendo já a legislação para a salvaguarda de activos estratégicos aprovada, serão feitas ao abrigo do novo regime. O mesmo acontecerá com os 10% da REN que o Executivo tenciona alienar este ano ou caso avance para a alienação dos 30% dos CTT que ainda estão no Estado.

Fora deste regime ficarão empresas como a EGF, da área dos resíduos, sector que não está incluído nos serviços fundamentais para o interesse nacional, segundo o projecto do Executivo, que apenas refere as áreas da energia, transportes e comunicações.

A legislação que o Governo pretende aprovar irá conferir ao Conselho de Ministros, sob proposta do membro do Governo responsável pela área em que o activo estratégico em causa se integre, o poder de, excepcional e fundamentadamente, se opor à celebração de negócios que resultem na aquisição de controlo sobre as principais infra-estruturas ou activos estratégicos por pessoas singulares ou colectivas de países terceiros à União Europeia.

Este regime será assim criado depois de o Executivo ter concluído processos de privatização de empresas que operam nos sectores em questão, como sejam a EDP, ANA, CTT ou REN.

O encaixe global com o programa de privatizações ascendeu até agora a 8,1 mil milhões de euros, o que supera em 47% o encaixe previsto no memorando de entendimento assinado pelo Governo com a troika em 2011, segundo revelou já o secretário de Estado das Finanças, Manuel Rodrigues. Além da venda de 25% da REN, de 21,35% da EDP e 80% da Caixa Seguros a grupos chineses, o Executivo concluiu também a venda da gestora aeroportuária ANA e do grupo HPP.

O Governo terá agora menos pressão para dar continuidade ao plano de privatizações, não só pelo encaixe já conseguido mas tam-

Águas de Portugal e RTP saíram do plano do Governo

A Águas de Portugal (AdC) e a RTP chegaram a estar incluídas no plano de privatizações do Governo em 2011, altura em que a venda das duas empresas se previa realizar até final de 2012. No entanto, o Governo acabou por deixar cair estas duas operações. No Orçamento do Estado para 2014, relativamente à AdC, o Executivo refere que "prosseguem as acções de reorganização deste Grupo bem como o estudo dos termos da regulação e concorrência do sector, no sentido de proceder à venda da EGF e às concessões dos sistemas de águas". Quanto à privatização da RTP, o vice-primeiro-ministro, Paulo Portas, esteve desde sempre contra.

O Governo tem agora menos pressão para avançar com privatizações, quer pelo encaixe já conseguido quer por não ter expectativa de grande receita.

bém porque a expectativa de receita de futuras operações não tem já grande significado.

Na calha está a alienação da EGF, a empresa de resíduos do grupo Águas de Portugal, que chegou a estar agendada para 2013, e de 10% da REN. Já o relançamento do processo de privatização da TAP depende das condições do mercado e o da CP Carga só ocorrerá depois de definidos os investimentos em infra-estruturas ferroviárias. A concessão dos transportes de Lisboa e Porto só avançará também após a conclusão do processo de reestruturação.

“Contratos de concessão são mais eficazes para proteger interesse nacional”

O advogado que assessorou a Fosun a vencer a privatização da Caixa Seguros diz que defesa deve ser feita caso a caso

MARIA JOÃO GAGO
mjgago@negocios.pt

Nas privatizações ganhas por investidores chineses, e em que poderia estar em causa a salvaguarda do interesse nacional, a sociedade de advogados PLMJ já esteve com os vencedores, ao lado dos derrotados ou com as empresas em venda. Com base nesta experiência, Luís Sáragga Leal, um dos sócios fundadores, acredita que a protecção dos interesses estratégicos é garantida de forma mais eficaz através de contratos de concessão.

“A defesa dos interesses nacionais deve ser procurado caso a caso. Os contratos de concessão [de serviço público], por exemplo, são uma forma mais fácil e eficaz de o fazer do que numa lei global que tem de ser geral e abstracta”, sublinha o advogado, responsável pela área dos projectos internacionais da PLMJ.

Mas a protecção dos interesses estratégicos do País também é assegurada pelos compromissos legais, contratuais e regulatórios a que as empresas a vender estão sujeitas. “No caso da REN e dos CTT, por exemplo, tudo ficou salvaguardado desde o início. Mesmo depois da privatização dos CTT, o contrato de concessão do serviço postal universal mantém-se em vigor. O mesmo se passa com a REN, que está sujei-

Discutir o interesse nacional quando não há condições para o impor é uma discussão um pouco estéril.

LUÍS SÁRAGGA LEAL

Sócio da PLMJ líder da equipa de projectos internacionais

ta a regulamentos e a compromissos contratuais. Não é por haver alteração accionista que as empresas ficam isentas das suas obrigações”, ilustra Sofia Gomes da Costa, sócia da sociedade na área de empresas e fusões e aquisições.

Para Sáragga Leal, a salvaguarda do interesse nacional “compete aos políticos”. Mas o advogado não deixa de se questionar sobre o momento em que a nova legislação vai ser discutida. “É sintomático ter-se demorado tanto tempo a fazer um projecto de lei” sobre este tema. E “é provável que haja aqui uma questão de oportunidade. Porque estar a discutir o interesse estratégico nacional num momento em que não há condições para o impor é uma discussão um pouco estéril e des-

motivadora”, alerta.

As dúvidas sobre a oportunidade de deste debate resultam também, na perspectiva do fundador da PLMJ, do momento em que o País vive. “Portugal tem necessidade de gerar capital para o Estado e de re-capitalizar as empresas, manter o emprego, fomentar as exportações. Não havendo agentes económicos [com capital] em Portugal, e estando nós numa economia globalizada, que remédio temos senão abriremos ao capital estrangeiro. Aliás, passamos a vida a dizer que precisamos de capital e investimento estrangeiro para dinamizar a economia. Não podemos querer e não querer ao mesmo tempo”, sublinha Sáragga Leal.

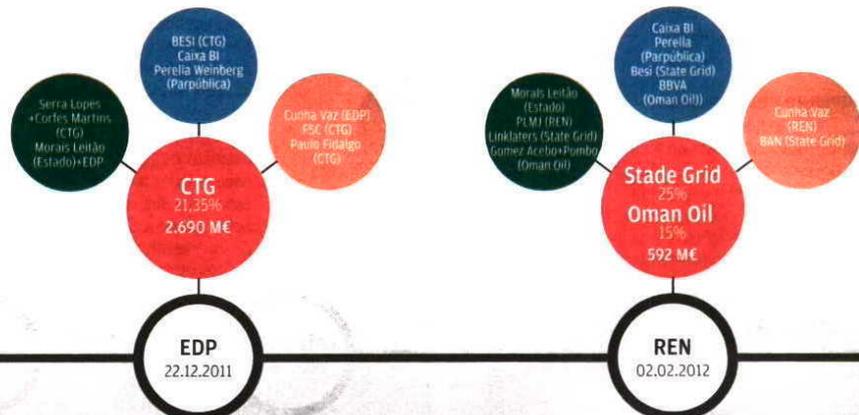
Por outro lado, ambos os advogados chamam a atenção para o facto de o interesse estratégico poder ser diferente em função da perspectiva com que se olha para um negócio. “O interesse nacional depende da perspectiva. Se olharmos para os trabalhadores, a perspectiva é manter o emprego. Se olharmos para o tecido empresarial, a perspectiva é manter o capital”, alerta Sofia Gomes da Costa. O sócio fundador acrescenta: “Se olharmos para o Ministério das Finanças, a perspectiva é ‘quem é que me paga impostos’. Empresas descapitalizadas e falidas não pagam impostos”, recorda.



QUEM GANHOU COM AS PRIVATIZAÇÕES?

As seis privatizações fechadas pelo Governo de Passos Coelho geraram uma vaga de interessados não só em comprar as empresas, mas também em assessorar as vencedoras e o Estado nas várias componentes das operações. **MIGUEL PRADO**

○ Empresa privatizada ● Compradores
● Assesores financeiros ● Assesores jurídicos ● Assesores comunicação



15-01-2014

Bruno Simão

RETRATO

PLMJ PARTICIPOU EM TODAS AS GRANDES PRIVATIZAÇÕES

A PLMJ participou em todas as grandes privatizações em que os candidatos chineses saíram vencedores, mas apenas no concurso de venda da Caixa Seguros a sociedade de advogados esteve do lado de quem ganhou. No processo de escolha do comprador para a "holding" seguradora da CGD, a Fosun, empresa que saiu vencedora, contou com a assessoria jurídica da PLMJ e também da ABBC.

Na privatização da EDP, a primeira operação deste género de que os investidores chineses saíram vencedores, a sociedade de advogados fundada por Luís Sáragga Leal entre outros sócios esteve com os brasileiros da Electrobras, que foram derrotados pela China Three Gorges.

Já no caso da venda da REN a PLMJ esteve a prestar assessoria financeira à empresa que estava a ser vendida. O principal comprador acabou por ser o grupo chinês State Grid. Mas não foi só nas privatizações ganhas por chineses que a sociedade de advogados esteve envolvida. A PLMJ esteve com os CTT na alienação dos Correios em bolsa e com o Estado na venda da ANA à francesa Vinci. A participação nas privatizações, avaliadas em mais de 8.000 milhões de euros, foi uma das razões para a PLMJ integrar no 12.º lugar o "ranking" dos 15 escritórios mais activos nas operações de fusões e aquisições realizadas na Península Ibérica em 2013, elaborado pela "Mergermarket".

Chineses querem empresas lusas para aprender

Os investidores chineses reconhecem que não têm essa experiência internacional [que há em Portugal].

LUÍS SÁRAGGA LEAL
Sócio da PLMJ

dos Unidos e da Europa", avalia Sofia Gomes da Costa.

Para a advogada, esta é uma das vantagens da vitória dos investidores chineses nas operações de privatização. "Um investidor americano ou europeu teria muito menos abertura para manter as equipas de gestão dessas empresas, sendo mais habitual a substituição integral dos quadros de gestão", contrapõe a jurista que integra a equipa de empresas da sociedade.

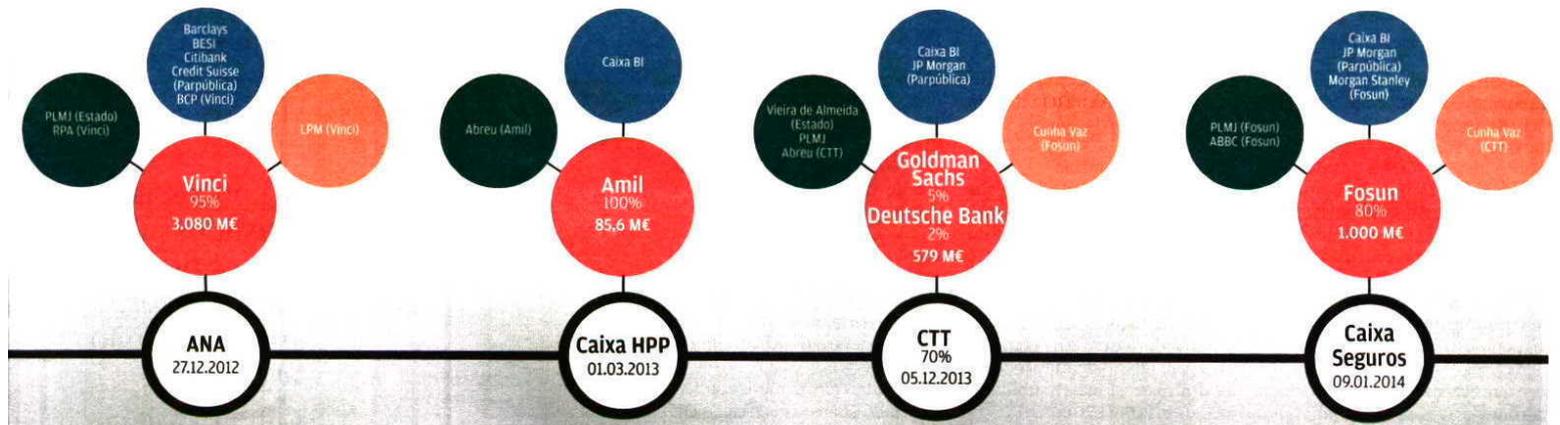
Estes objectivos da estratégia de investimento chinês em Portugal e também noutros mercados ocidentais é, para Sáragga Leal, um reflexo do processo de abertura da economia chinesa, que se tem traduzido num esforço de maior transparência. O sócio da PLMJ diz mesmo que o facto de os advogados estarem a ganhar importância na China resulta do facto de estes profissionais serem vistos como "um instrumento da afirmação do primado do Direito no país". **MJG**

"Há uma estratégia deliberada dos investidores chineses de usar as empresas portuguesas para uma curva de aprendizagem" de capacidades de gestão internacionais que existem no País, acredita Luís Sáragga Leal, que há seis anos é responsável pela parceria que a PLMJ mantém na China. "Essas competências estão em Portugal e os investidores chineses reconhecem que não têm essa experiência internacional", testemunha o advogado.

É por isso que os investidores chineses têm mantido as equipas de gestão nas empresas de cujas privatizações têm saído vencedores, acredita Sáragga Leal. "Foi assim na EDP e na REN e acontecerá o mesmo na Caixa Seguros", garante o advogado que integrou a equipa que prestou assessoria jurídica à chinesa Fosun no concurso de venda da "holding" seguradora da Caixa Geral de Depósitos.

Por outro lado, os grupos chineses "querem que Portugal seja uma plataforma para fazerem investimentos internacionais na Europa e, sobretudo, nos países de língua portuguesa. O mercado português é muito limitado, mais do que Portugal, o interesse dos chineses é a internacionalização através das empresas portuguesas", sublinha o sócio fundador da PLMJ.

"Países com menor cultura de gestão ocidental podem aprender muito com os quadros de administração e superiores das empresas portuguesas, que são quadros de excelência e estão ao nível dos Esta-



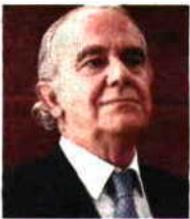
15-01-2014

Privatizações Governo exclui água dos activos estratégicos



- Proposta de lei só protege sectores da energia, transportes e comunicações
- Saiba quem ganhou com as privatizações de seis empresas

Proposta do Governo é hoje discutida no Parlamento, com críticas da oposição sobre o atraso da iniciativa.



Sáragga Leal diz que chineses vêm para Portugal aprender

- Advogado acompanhou as últimas privatizações **Primeira Linha 6 a 9**